

Ideologia e Utopia

ANTONIO OZAI DA SILVA*

Ideologia!
Eu quero uma pra viver...
(Cazuza)

As ideologias mobilizam indivíduos e multidões, alimentam intolerâncias, intentam conservar ou transformar sociedades, produzem guerras e revoluções. Qual a fonte dessa força imensa que se dissemina e conquista corações e mentes em povos de culturas e realidades tão díspares? Será porque expressam utopias? Ideologias e utopias são semelhantes, nomes diferentes para os mesmos fenômenos políticos e sociais? Se as ideologias sobrevivem ao passar dos anos e vivificam nos homens e mulheres do tempo presente, mesmo quando são declaradas mortas, será que vivemos uma época em que a utopia se exauriu? O objetivo deste texto é analisar essas questões, a partir da obra de Karl Mannheim¹.

Em geral, tomamos ideologia e utopia como sinônimo. Por exemplo, nos referimos ao comunismo (socialismo) e, praticamente com o mesmo sentido, à utopia comunista (socialista); da mesma forma, consideramos a ideologia anarquista como semelhante à utopia libertária. Quando, porém, aludimos às ideologias de cunho conservador e/ou liberal, não estabelecemos vínculos com utopias. Na linguagem política corrente, essas ideologias são concebidas como valores e ideias que legitimam e mantêm o status quo. Geralmente não falamos em “utopia conservadora” e “utopia liberal”.

Reservamos a expressão utopia para as ideologias contestatórias, as quais colocam-se como objetivo o revolucionamento da ordem social e, portanto, a construção do “não-existente” a partir da negação do “existente”. Por isso, é mais comum falarmos em utopias comunista, socialista e anarquista.

Se tomarmos, porém, o pensamento liberal em suas origens, é possível fazer o mesmo raciocínio. Em uma época em que predominava a sociedade feudal e a ideologia da nobreza e do clero era seu sustentáculo, as ideias liberais diziam respeito ao “não-existente”, à transformação da ordem social tradicional e sua superação pelo liberalismo, pela ordem social do Capital. O liberalismo foi revolucionário e, portanto, utópico. Mas tão logo derrotou o feudalismo e conquistou seu espaço, tornou-se uma ideologia conservadora e perdeu seus traços utópicos. Não podia ser diferente, pois se a burguesia levasse às últimas consequências seu lema “Igualdade, Liberdade, Fraternidade”, teria que negar a si própria. E nenhuma classe social comete suicídio político.

O mesmo ocorreu com o “socialismo realmente existente”: à sua vitória seguiu-se a necessidade de conservar a ordem. Os revolucionários de hoje são os conservadores de amanhã. Não é mero

acaso que, seja nas revoluções burguesas ou nas socialistas, surja a crítica interna dos setores minoritários que almejam empurrar a revolução para além dos limites dos que desejam estabilizar o poder. A nova ordem precisa ser negada para que a utopia permaneça; o não-existente continua a ser o objetivo a perseguir. No entanto, os novos grupos e classes sociais no poder não podem tolerar os que se mantêm utopistas. Suas cabeças devem ser guilhotinadas, seus corpos são cravados pelas balas dos fuzis dos camaradas da véspera; aos períodos revolucionários seguem-se os tempos inquisitoriais. Assim, os líderes bolcheviques tiveram que perseguir os anarquistas e silenciar a oposição interna no partido; o stalinismo e congêneres completou o serviço. A nova ortodoxia não tolera heresias.

A história parece dar razão a Karl Mannheim. Ele distingue ideologia e utopia. A primeira refere-se ao conjunto de ideias que objetivam manter a ordem existente; a segunda, às ideias que fundamentam as ações pela transformação desta. De acordo com Mannheim:

O conceito de “ideologia” reflete uma das descobertas emergentes do conflito político, que é a de que os grupos dominantes podem, em seu pensar, tornar-se tão intensamente ligados por interesses a uma situação que simplesmente não são mais capazes de ver certos fatos que iriam solapar seu senso de dominação. Está implícita na palavra “ideologia” a noção de que, em certas situações, o inconsciente coletivo de certos grupos obscurece a condição real da sociedade, tanto para si como para os demais, estabilizando-a.

O conceito de pensar utópico reflete a descoberta oposta à primeira, que é a de que certos grupos oprimidos estão intelectualmente interessados na destruição e na transformação de

uma dada condição da sociedade que, mesmo involuntariamente, somente veem na situação os elementos que tendem a negá-la. Seu pensamento é incapaz de diagnosticar corretamente uma situação existente da sociedade. Eles não estão absolutamente preocupados com o que realmente existe; antes, em seu pensamento, buscam mudar a situação existente. Seu pensamento nunca é um diagnóstico da situação; somente pode ser usado como uma orientação para a ação. Na mentalidade utópica, o inconsciente coletivo, guiado pela representação tendencial e pelo desejo de ação, oculta determinados aspectos da realidade. Volta as costas a tudo que pudesse abalar sua crença ou paralisar seu desejo de mudar as coisas (MANNHEIM, 1976, p. 66-67).

Para Karl Mannheim, a utopia não apenas desvincula-se da ideologia como do real, o existente. Sua relação com a realidade dá-se apenas enquanto negação. Aqui, a utopia não é um vir a ser, mas algo a ser vivenciada agora. “Um estado de espírito é utópico quando está em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorre”, afirma (id., p. 216). Não é suficiente, portanto, que as ideias transcendam a ordem existente para ser consideradas utópicas, é preciso que se orientem pela ruptura das amarras com o existente, que se declare plenamente incompatível:

Todos os períodos da história contiveram ideias que transcendiam a ordem existente, sem que, no entanto, exercessem a função das utopias; antes eram as ideologias adequadas a este estágio de existência, na medida em que estavam “organicamente” e harmoniosamente integradas na visão de mundo característica do período (ou seja, não ofereciam possibilidades revolucionárias.

Enquanto a ordem medieval, a organização feudal e clericalmente, pôde situar seu paraíso fora da sociedade, em qualquer outra esfera do mundo que transcendesse a história e que amortecesse seu potencial revolucionário, a ideia de paraíso ainda constituía parte integrante da sociedade medieval. Somente depois que certos grupos incorporaram estas imagens desiderativas à sua conduta efetiva é que estas ideologias se tornaram utópicas (id., p. 217).

Ideologia e utopia são distinguidas pela relação que mantêm com a ordem social existente. Para que as ideias desempenhem o papel utópico, isto é, adquiram um “estado de espírito utópico”, é necessário que não apenas transcendam a ordem, mas que se incorporem nos grupos sociais oprimidos e capazes de revolucionar a ordem. A mentalidade utópica, em suma, é revolucionária; a ideologia permanece atrelada ao existente.

Mas é possível viver em sociedade e alienar-se completamente dela? Mesmo o revolucionário mais radical não se vê obrigado a considerar o realmente existente? Ele/ela não está com os pés no chão social real do seu tempo? As ideias dominantes da sua época não influenciam? Como contestar a ordem sem partir da realidade negada? Não há a tentação de se adaptar, ainda que se mantenha o discurso contestatório?

Não é apenas uma questão teórica e conceitual. Os movimentos sociais revolucionários, e, portanto, utópicos, tiveram que levar em conta o existente. Quando não foram derrotados, adaptaram-se. Nas raras oportunidades em que foram vitoriosos, como na Revolução Russa, tiveram que construir a nova ordem a partir do arcabouço da velha sociedade. Tradições, hábitos, valores, ideias permaneceram latentes e

atuantes, em conflito com os novos valores e ideias impostos pelo processo revolucionário. O novo homem e a nova mulher socialistas não nascem prontos e purificados.

Além disso, as necessidades políticas para a manutenção do poder do Estado levam à prática de atitudes antes criticadas, mas agora legitimadas pelo “realismo revolucionário”. Inicia-se, então, processos contrarrevolucionários, paradoxalmente em nome da Revolução. O discurso revolucionário, vale dizer, utópico, ossifica-se na tradição, cuja legitimidade é dada pelo recurso ao profeta de origem. Daí a necessidade de estabelecer linhas de continuidade do tipo Marx-Engels-Stalin e outras a depender do “profeta” continuador.

O dilema dos utopistas é negar o existente e ser coerente com esta negação. O reformismo expressa essa dificuldade. Sua solução não foi muito melhor do que aquela das sociedades “socialistas” historicamente existentes. Longe de transformar a ordem existente, a estratégia reformista adaptou-se e fortaleceu-a. Negou não apenas as ideias que transcendiam a sociedade capitalista, mas também a possibilidade da utopia.

É praticamente impossível viver a utopia desvinculada do “ser no mundo”. O existir no mundo “consiste no que é “concretamente efetivo”, isto é, uma ordem social em funcionamento, que não exista apenas na imaginação de certos indivíduos, mas de acordo com a qual as pessoas realmente ajam” (id.). As ideologias e utopias não estão apartadas dessa concretude. Por outro lado, as ideologias são conservadoras, mas também contestatórias. E estas se confundem com as utopias. Como assinala Mannheim:

Ao observador que delas tenha uma visão relativamente externa, esta distinção teórica e completamente

formal entre utopias e ideologias parece oferecer pouca dificuldade. Contudo, determinar concretamente o que em um dado caso seja ideológico e o que seja utópico é extremamente difícil (id., p. 219-220).

A distinção parece mera construção formal, conceitual. Qual o critério para estabelecer com segurança o que é ideologia e o que seja utopia?

Aqui nos defrontamos com a aplicação de um conceito que envolve valores e padrões. Para que tal aplicação se efetue, deve-se necessariamente partilhar dos sentimentos e das motivações das partes em luta pelo assenhoreamento da realidade histórica (id., p.220).

As definições conceituais nem sempre se encaixam na realidade da vida. Os grupos e classes sociais em pugna apropriam-se e redefinem os conceitos a partir da sua práxis. Ou seja, também os conceitos e teorias são objetos de disputa. Assim, por exemplo, a acusação de “ideológico” a um adversário ou inimigo político, ou mesmo quando ocorre na formalidade das relações acadêmicas, encobre o fato de que a acusação também é ideologia. O “cientificismo” e a pretensão à “neutralidade científica” são tão ideológicos quanto o sujeito-objeto criticado por “ser parcial”, isto é, “ideológico”.

O mesmo ocorre com a utopia. É muito comum a crítica ao “utopismo” dos outros, sendo que o crítico se coloca na posição do “realista”. Nesses casos, a crítica tende a ser pejorativa, ou feita com certa condescendência. De qualquer forma, o objetivo é caracterizar o outro como “irrealista”, “sonhador”, etc. O uso das palavras expressa posições políticas. Como escreve Mannheim:

Os representantes de uma ordem dada irão rotular de utópicas todas as concepções de existência que do seu

ponto-de-vista jamais poderão, por princípio, se realizar. De acordo com esta utilização, a conotação contemporânea do termo “utópico” é predominantemente a de uma ideia em princípio irrealizável. (...) Dentre as ideias que transcendem a situação, existem certamente algumas que em princípio jamais poderiam realizar-se. Não obstante, os homens cujos pensamentos e sentimentos se acham vinculados a uma ordem de existência na qual detêm uma posição definida, manifestarão sempre a tendência a designar de absolutamente utópicas todas as ideias que tenham se mostrado irrealizáveis apenas no quadro da ordem em que eles próprios vivem (id., p.220)

Os defensores da ordem social vigente procuram desqualificar e até mesmo ridicularizar os contestadores utopistas. Com o tempo, muitos destes se rendem ao discurso “realista”. No século XIX, por exemplo, socialdemocrata significava a ação política que tinha como objetivo superar a sociedade de classes, o capitalismo, e, por meios revolucionários, construir a sociedade socialista rumo ao comunismo. No que se transformou a socialdemocracia? O que é o reformismo senão a integração à ordem? O que expressa a história política recente da esquerda brasileira senão o abandono de quaisquer veleidades utópicas? Parcela importante dessa esquerda negou os princípios ideológicos que, mal ou bem, inspiraram a ação de homens e mulheres, jovens e adultos. Os que recusaram a adaptação à ordem e permanecem utópicos, são os órfãos de uma geração que ousou sonhar, mas desistiu de lutar por seus sonhos.

“É inexecutável”, ouvi certa vez. Compreendo! É difícil imaginar a viabilidade de uma sociedade sem classes, sem Estado e fundada na autogestão dos indivíduos livres. Como

vislumbrar qualquer pensamento utópico se nossa mente e sentimentos estão tão enraizados na sociedade em que vivemos. Como agir segundo os princípios utópicos se permanecemos escravos do “reino da necessidade?”

A utopia é o discurso sobre o não existente. Mas isso não significa que seja uma quimera, um delírio de indivíduos incapazes de “ver a realidade”. Se o pensamento humano permanecesse prisioneiro da “realidade”, isto é, restrito à ordem social e legitimador desta, as sociedades seriam estacionárias. Muito do que parece “irrealizável” em cada época histórica específica, é apenas e tão somente do ponto-de-vista daquela época, das ideias predominantes nela. Ora, a realidade está em permanente mudança. Não levar isso em conta, é decretar a morte da dialética e acreditar que não fazemos a História. A sociedade que nega veementemente a utopia produz as condições para a sua realização. Com Mannheim,

Queremos dizer com isso que cada época permite surgir (em grupos sociais diversamente localizados) as ideias e valores em que se acham contidas, de forma condensada, as tendências não realizadas que representam as necessidades de tal época. Estes elementos intelectuais se transformam, então, no material explosivo dos limites da ordem existente. A ordem existente dá surgimento a utopias que, por sua vez, rompem com os laços da ordem existente, deixando-a livre para evoluir em direção à ordem e existência seguinte (id., p.223).

A mentalidade utópica é vista por muitos como idealismo, quixotismo típico dos que combatem moinhos de vento. Esse tipo de entendimento está presente tanto no senso-comum quanto em intelectuais que se consideram cientistas. Para uns e outros, a utopia é coisa de sonhos

irrealizáveis. Na prática, personificam e legitimam a ordem social existente.

A burguesia e seus intelectuais orgânicos afirmam a inviabilidade, inexecutabilidade de qualquer projeto político alternativo ao Capital. Qualquer proposta que coloque em xeque as bases de sustentação do seu domínio são consideradas irrealistas e “utópicas”. E, no entanto, a burguesia também acreditou e defendeu sua utopia. Qual a grande utopia dessa classe na época do feudalismo?

A utopia da burguesia ascendente consistia na ideia da “liberdade”. Era em parte uma verdadeira utopia, isto é, continha elementos orientados para a realização de uma nova ordem social, constituindo um instrumento para a desintegração da ordem previamente existente, e que, após sua realização, se converterem parcialmente em realidade. Liberdade no sentido de quebrar as cadeias da ordem de estado, guilda e casta, no sentido da liberdade de pensamento e de opinião, no sentido de liberdade política e liberdade do desenvolvimento sem entraves da personalidade, tornaram-se em um sentido amplo, ou pelo menos em um sentido mais amplo do que na sociedade feudal anterior baseada nos laços de status, uma possibilidade viável. Sabemos, hoje em dia, exatamente em que medida estas utopias se tornaram realidades e até que ponto a ideia de liberdade daquela época continha não apenas elementos utópicos, mas igualmente ideológicos (id., p. 227).

Eis o critério da distinção conceitual entre ideologia e utopia. Para Mannheim, é a realização da utopia que indica a sua diferenciação em relação ao aspecto ideológico:

Ideias que posteriormente se mostraram como tendo sido apenas representações distorcidas de uma

ordem social passada ou potencial eram ideológicas, enquanto as que forma adequadamente realizadas na ordem social posterior eram utopias relativas (id., p. 228).

Na materialidade histórica, porém, as ideologias revolucionárias atuam com o objetivo de construir novas ordens sociais, portanto, capazes de realizar as utopias. Ou seja, ideologias também são utópicas, ainda que se afirmem “científicas”. Assim, a “ideologia” não é apenas o recurso das classes dominantes para dissimular a realidade, mas também meio para o desvendamento desta. Quem atua na perspectiva da crítica à “ideologia dominante” também afirma a sua ideologia. E ao afirmá-la enquanto perspectiva de revolucionar a ordem social existente também assume o caráter utópico.

De qualquer forma, ideologias e utopias estão relacionadas a grupos sociais. Enquanto as ideias não forem incorporadas pelos grupos e classes sociais, não terão efeito. O indivíduo utópico, isto é, aquele que inova criando ideias que transcendem o status quo, não pode efetivá-las em sua solidão. As ideias precisam circular, conquistar adeptos e serem personificadas por um número crescente de indivíduos, ou seja, necessitam corresponder ao horizonte político de determinados grupos sociais e se manifestar em ações. Então, a utopia passa a ser realizável.

Eis o “calcanhar de Aquiles” do pensamento utópico. Na medida em que se restringe a alguns indivíduos ou à minoria da minoria, ele é pressionado a se adaptar e/ou é mantido sob limites que permaneça inofensivo. Até é tolerado sob o argumento da liberdade de expressão. Em determinadas circunstâncias, é visto de maneira condescendente como inerente às “esquisitices” típicas de alguns indivíduos “especiais”. Noutros

casos, refugia-se nas estruturas que, paradoxalmente, deveria combater. E, assim, academiciza-se, torna-se abstração escolástica, perde o élan utópico e esvazia-se enquanto discurso; autoproclama-se contestador da ordem social, mas, na prática, ajusta-se aos seus ditames. Assim, as ideologias-utopias cristalizam-se em seus opostos:

Com efeito, quanto mais ativamente um partido em ascensão colabora em uma coalizão parlamentar, tanto mais abandona seus impulsos utópicos originais e, com eles, sua perspectiva ampla, tanto mais seu poder para transformar a sociedade tenderá a ser absorvido por seus interesses em detalhes isolados e concretos. (...) O esforço utópico visando a um objetivo e a possibilidade, intimamente relacionada a ele, de uma perspectiva ampla desintegram-se, no conselho consultivo parlamentar e no movimento sindical, em mero conjunto de orientações para dominar um vasto número de detalhes concretos, com vista a assumir posição política quanto a eles (id., p.274).

A pressão pela integração é intensificada com a derrota das ideologias críticas à ordem vigente. Quando as ideias se materializam nas ações humanas, nem sempre os resultados são os projetados. Dessa forma, decretam o fim das ideologias (claro, referem-se às ideologias contestadoras) e ironizam os “utópicos”, “ingênuos” e, muito provavelmente, “ignorantes”.

Não obstante, é legítimo questionar se ainda há lugar para Utopias. A crise das ideologias, e consequentemente das utopias, renova o dilema dos indivíduos que insistem em afirmar a possibilidade de um outro mundo, que não se rendem aos que, com seus discursos pretensamente “científicos”, “realistas” e “bem informados”, congelam a História

e insistem em repetir que não há alternativa. Para eles, resta tão somente a reconciliação com o status quo e, já que é inevitável, tirar o máximo proveito. Esse tipo, geralmente personificado em intelectuais respeitáveis, aconselha, ainda, o combate aos que permanecerem renitentes. Ou seja, não basta renegar as próprias ideias e a si mesmo.

Porém, desde a era mais remota, o ser humano se permite imaginar a transcendência da ordem. Quando este sonho é abraçado por outros que sonham o mesmo sonho, então transforma-se em utopias passíveis de realizar-se. Nesse exercício reside a esperança humana que, tal qual a fênix, sempre renasce das cinzas. Mesmo nas fases históricas de maior desespero humano, há os que encontram forças para continuar lutando para transformar a realidade. Se há algo em comum nas utopias e essa promessa de que um novo mundo é possível.

O ser humano é um ser imaginativo, desejante e o único capaz de pensar a vida para além da sua existência. Ainda que derrotados em suas respectivas épocas, as ideias que alimentam utopias sobrevivem e são incorporadas pelas gerações vindouras. Enquanto não forem superadas as contradições presentes na ordem existente, tais ideias permanecem vivas.

O ser humano precisa da utopia. Enquanto indivíduos podemos ser favoráveis ou contra a ordem social

vigente, ou sermos indiferentes. Porém, isso apenas mostra o quanto a realidade é contraditória. A erradicação da utopia só é possível com a sua realização ou com o absurdo da eliminação do ser humano (e, historicamente, as inquisições seculares e religiosas também representam a vã tentativa de eliminar as ideias utópicas, consideradas “heresias”, eliminando-se aqueles que as personificam).

A utopia é necessária porque expressa a afirmação do humano. Como ressalta Mannheim:

A desapareção da utopia ocasiona um estado de coisas estático em que o próprio homem se transforma em coisa. Iríamos, então, nos defrontar com o maior paradoxo imaginável, ou seja o do homem que, tendo alcançado o mais alto grau de domínio racional da existência, se vê deixado sem nenhum ideal, tornando-se um mero produto de impulsos. (...) o homem perderia, com o abandono das utopias, a vontade de plasmar a história e, com ela, a capacidade de compreendê-la (id., p. 285).

Décadas se passaram desde que o autor escreveu estas palavras. E, no entanto, como as ideologias utópicas, permanecem necessárias e atuais.

Referência

MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

(UEM), Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

¹ Karl Mannheim (1893-1947), nasceu em Budapeste, capital da Hungria. *Ideologie und Utopia* (Ideologia e utopia), publicado em 1929, foi seu primeiro livro.



* **ANTONIO OZAI DA SILVA** é Docente na Universidade Estadual de Maringá